



Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 E MAIO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Tólio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Máriô Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calfo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 40.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury, e Heinz Herwig.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix e Toti Colaço (47). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Dalton Machuca, Eurides Moura, Luiz Henrique Bona Turra, Renato Adur e Rossoni (06). - Achando-se em Licença o Sr. Deputado: Lourenço Fregonese (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem.

MENSAGEM N° 013/93

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem n° 007/93, de 30 de março do corrente ano, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar providências no sentido de que a redação dos arts. 1º e 2º, do Projeto de Lei por ela encaminhado seja substituída pela seguinte:

"Art. 1º - A remuneração mensal do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo os valores percebidos como remuneração, no mesmo período, em espécie, por Secretários de Estado.

Art. 2º - A maior remuneração dos servidores públicos dos três Poderes, dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, respeitado o limite máximo fixado no artigo anterior, não poderá exceder a vinte vezes a remuneração mínima estipulada para o nível inicial do Quadro Geral do Poder Executivo, com jornada de quarenta horas semanais, sem ressalva de qualquer natureza, ainda que de caráter pessoal.

O aditamento ora formulado decorre de reestudos feitos sobre o assunto pelos órgãos competentes da Administração, os quais concluíram ser necessária alteração da redação dos arts. 1º e 2º da versão originalmente proposta. Nessa nova redação observa-se que o ponto central da questão é a supressão da figura dos Deputados Estaduais, da sistemática que se pretende adotar no sentido de estabelecer um limite-teto de remuneração dos servidores ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas, em qualquer dos Poderes do Estado. Inclusive do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

O entendimento agora adotado justifica-se pela indiscutível singularidade da figura dos Deputados Estaduais, cujas condições de exercício são totalmente distintas das de quaisquer outras funções no serviço público. Os Deputados Estaduais, agentes políticos que são, têm sua investidura através de eleições, nas quais recebem mandatos por tempo certo, pela manifestação soberana da vontade do povo. Nenhuma função pública estadual assemelha-se ou subordina-se a esses condicionamentos constitucionalmente definidos.

Ademais, reafirmando tal assertiva, convém ressaltar que os Deputados Estaduais, pela já mencionada condição de agentes políticos que detêm, não têm direito a aposentadoria, nem tampouco a décimo terceiro salário ou férias.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Ofício.

OFÍCIO N° 1857/93

Senhor Presidente.

Venho através da presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária

Curitiba, quinta, em 06.05.93

Pág. 03

do dia 06/05, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 93/93, de sua autoria, que trata de doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N° 1117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. DANTE MANFROI, e o envio de expediente a Sra. Graciosa Manfroi e ao Sr. João Batista Manfroi Filho, esposa e filho do falecido, respectivamente.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Dante Manfroi foi um pioneiro na região Sudoeste do Estado. Pertencente a uma tradicional família de Francisco Beltrão, sempre se conduziu de modo a ser um porta-voz dos interesses de sua comunidade, onde sempre gozou de grande prestígio. Como comerciante, como pai de família, como membro ativo da comunidade ou como um católico praticante, o Sr. Dante Manfroi sempre será uma lembrança positiva em nossa memória.

REQUERIMENTO N° 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento do Sr. VLADEMIRO SCHAFRANSKI, ocorrido no dia 23 p.p., na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa bastante estimada no seio da sociedade pontagrossense, principalmente no bairro de Nova Rússia, onde fixou-se com a família. Empresário cristão e voltado sempre aos interesses da cidade e ao auxílio a entidades assistenciais.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Bahia, 123, Nova Rússia, cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões em 06.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de PRANCHITA/PR pelo seu 10° aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, a ser celebrado no dia 11 de maio próximo-vindouro, e o envio de Expediente ao PREFEITO e ao VICE-PREFEITO MUNICIPAL, bem como aos VEREADORES abaixo relacionados.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Parabenizar toda a população de Pranchita/Pr, em meu próprio nome, e em nome da Assembléia Legislativa do Paraná. Pranchita está celebrando seu 10° ano de Emancipação Política com passos decididos rumo ao progresso e ao desenvolvimento, sempre buscando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. É a comunidade organizada que faz de Pranchita uma das grandes esperanças da nossa região.

REQUERIMENTO N° 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas Atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Moção de Apoio a "Carta Aberta do Sr. Secretário de Educação sobre a Semana Nacional de Educação para Todos".

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Paraná, um Estado que tem se mostrado capaz para apresentar soluções aos problemas educacionais em nosso País, hoje, com a capacidade e competência de seu Secretário de Estado para os assuntos de Educação, foi criada uma comissão composta de representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho Estadual de Educação, Delegacia do MEC, Associação dos Professores do Paraná, Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Fórum Paranaense de Defesa da Escola Pública e a própria SEED para coordenar os trabalhos da referida Semana.

É de grande importância que toda a classe política se engaje no debate, uma vez que educar é responsabilidade de todos os segmentos da sociedade participativa.

CURITIBA, 29/03/93

CARTA ABERTA DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, PROF. ELIAS ABRAHÃO SOBRE A SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

À FAMÍLIA PARANAENSE

O Ministro da Educação, Prof. Murílio de Avelar Hingel, demonstrando sensibili-

dade e apreço pelo desenvolvimento da educação, acaba de instituir, com a concordância e apoio de todos os Secretários de Educação do Brasil, a Semana Nacional de Educação Para Todos a ser realizada no período de 10 a 14 de maio de 1993.

Esta semana faz parte de um projeto maior ligado a um movimento de mobilização nacional em favor da expansão e da melhoria da qualidade do ensino público. A Semana Nacional de Educação Para Todos objetiva também acatar sugestões para a elaboração do Plano Decenal de Educação e preparar a Conferência de Nova Delhi, organizada pela UNESCO, para novembro de 1993.

O Paraná tem se mostrado capaz de encaminhar soluções criativas para os problemas educacionais. Desse modo é importante que todos os educadores e toda a população paranaense sintam-se co-responsáveis pelo êxito dos objetivos da Semana.

Foi criada uma Comissão Estadual composta por representantes da Secretaria de Estado da Educação, União dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho Estadual de Educação, Delegacia do Ministério da Educação e do Desporto, Associação dos Professores do Paraná, Secretaria do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Forum Paranaense de Defesa da Escola Pública para coordenar os trabalhos da referida Semana, possibilitando a execução da programação sugerida.

As grandes questões que serão debatidas durante a Semana estão relacionadas a seguir:

1. EDUCAÇÃO E POLÍTICA

É necessário que toda a classe política participe do debate, no sentido de superar o clientelismo e a descontinuidade administrativa. Na especificidade da educação, a cidadania consciente será meta a ser alcançada, uma vez que educar para a autonomia exige responsabilidade.

2. PLANO DECENAL: PAPEL DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DA SOCIEDADE.

A Constituição Federal dispõe que a educação é direito de todos e dever do poder público federal, estadual e municipal - ofertá-la. É importante definir a competência e responsabilidade de cada parte. A sociedade civil precisa envolver-se solidariamente com o poder público para assegurar ensino para todos.

3 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: UNIVERSALIZAÇÃO E QUALIDADE.

Não basta a criança ter acesso a escola, é necessário que nela permaneça durante todos os anos da educação básica, portanto, é imprescindível que a alegria de ensinar seja concomitante ao prazer de aprender para que o trinômio acesso, permanência e qualidade se efetive.

4 - ANALFABETISMO. TRABALHO E MODERNIDADE.

A íntima relação entre educação e desenvolvimento é indiscutível. Ambos caminham juntos, mas o Brasil precisa reconhecer que a educação de boa qualidade para todos viabilizará o seu desenvolvimento. A nova sociedade que precisamos passa pela escola que temos e a que queremos construir.

5 - MAGISTÉRIO - PAÍSOES MÍNIMOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E CARREIRA.

O professor, para o exercício competente da função pedagógica, necessita de formação moderna e de valorização profissional. A sua capacitação continuada é pré-requisito de ensino de qualidade.

ESTA SEMANA CONTARÁ COM DUAS ETAPAS:

1 - Nos dias 10 e 11 serão realizados debates sobre os temas sugeridos, nas escolas e nas instituições envolvidas.

Após os debates, os relatores dos trabalhos encaminharão as conclusões aos Núcleos Regionais de Ensino para a sistematização dos dados. Por sua vez, os Núcleos Regionais de Ensino enviarão, via FAX (041-243-8235 SEED) as indicações apontadas, ao final do dia 11.

2 - O Presidente da Comissão Estadual, Sr. Secretário de Estado da Educação e o coordenador da UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, de posse das contribuições dos debates realizados nas escolas e instituições, se deslocarão até Brasília, levando as posições consensuais a fim de participarem do Forum MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO/CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO/UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO sobre o Plano Decenal de Educação que encerrará a Semana, no dia 14.

A Comissão Nacional responsável pela elaboração do Plano Decenal de Educação estará, permanentemente, recebendo contribuições dos Estados e Municípios para a concretização do Plano.

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO sugere para a Semana Nacional de Educação Para Todos a seguinte organização:

1 - No âmbito das escolas da rede pública estadual e municipal, os diretores utilizarão o tempo das duas últimas aulas de cada turno para proceder ao estudo das questões descritas acima. No entanto, darão atenção privilegiada aos assuntos afetos à construção da Escola Cidadã no âmbito do Projeto Político Pedagógico da própria escola. É necessário entender que

nos cabe resolver os problemas que nos afetam diretamente. Para que as reuniões sejam produtivas deve o diretor assegurar a presença de um coordenador e de um relator destes trabalhos. Os resultados do debate deverão ser encaminhados imediatamente aos Núcleos Regionais de Ensino que os consolidará em documento único e encaminhará à Secretaria de Estado da Educação.

Recomendamos a participação do Conselho Escolar, cabendo aos diretores convidá-los.

2 - O Conselho Estadual de Educação, os Departamentos da Secretaria de Estado da Educação, os Núcleos Regionais de Educação, as Secretarias e Departamentos Municipais de Educação, além de desenvolverem estudos sobre os temas citados, deverão reunir as informações produzidas regionalmente e sistematizá-las para subsidiarem a Comissão Nacional na elaboração do Plano Decenal de Educação.

A mobilização requerida para esta Semana será mais efetiva com o envolvimento das Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Assembléia Legislativa, possibilitando que todos participem apontando caminhos para a construção de uma sociedade que promova a justiça social através da garantia de uma escola para todos, uma vez que é consenso cada vez mais forte o reconhecimento que a educação de qualidade é o fator primordial de desenvolvimento.

Enfim, é necessário que toda a sociedade se sinta responsável. O Brasil já perdeu muitas oportunidades históricas de se alçar ao limiar do Progresso com justiça social. Cabe-nos aproveitar este novo momento com o mais profundo sentimento de lealdade aos milhões de jovens e crianças que aguardam a chance de se tornarem cidadãos.

(a) ELIAS ABRAHÃO

Secretário de Estado da Educação

REQUERIMENTO N° 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando a implantação de Posto Avançado do BANESTADO, em Alto do Amparo, Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Alto do Amparo, Município de Tibagi, necessita urgentemente da implantação de Posto Avançado do BANESTADO

para atender a sua comunidade.

A título de ilustração, registramos aqui alguns dados que consideramos de relevância e que poderão nos oferecer uma avaliação maior sobre o pleito.

O Distrito conta com 7.000 habitantes, com dezenas de casas comerciais, postos de gasolina, bares e restaurantes, que dependem dos serviços prestados por essa conceituada instituição financeira do Paraná.

A distância entre Alto do Amparo e as agências do BANESTADO mais próximas, Tibagi e Reserva, é de aproximadamente 50 km, o que dificulta bastante as transações e serviços essenciais e imprescindíveis para a população de forma geral.

A instalação desse Posto Avançado traria inúmeros benefícios para o desenvolvimento econômico, social e político de Alto do Amparo.

REQUERIMENTO N° 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o nobre Plenário, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Moacir José Favetti, solicitando estudos no sentido de implantar um Módulo Policial Militar no Jardim Santana do Sabará, em Ponta Grossa- Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O Jardim Santana do Sabará é um dos bairros mais populosos de Ponta Grossa, conseqüentemente aumenta cada dia a atenção dos marginais e desocupados, merecendo dessa forma, um patrulhamento mais ostensivo, para assegurar a tranqüilidade das inúmeras famílias lá existentes.

Além do mais, existem várias escolas as quais são freqüentadas diuturnamente por escolares, que por essas circunstâncias vem gerando intranqüilidade aos pais.

O Jardim Santana do Sabará, é cercado por outras Vilas como Bom Sucesso, Santa Luzia, Parque D. Pedro II, Jardim Iansen, Parque do Café e Congonhas, igualmente populosos, que merecem também uma assistência Policial Militar mais efetiva.

A instalação de Módulo Policial Militar, por certo dará maior segurança aos moradores daquela região.

REQUERIMENTO N° 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Nobre Plenário, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Moacir

José Favetti, solicitando providências urgentes no sentido de destinar um veículo-ambulância para o Instituto Médico Legal em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O IML de Ponta Grossa que presta assistência a grande Região dos Campos Gerais, além de outras dificuldades de pleno funcionamento, não possui veículo para o atendimento e transporte dos que dele necessitam. Quando necessária a remoção de cadáveres, que prescede de formas técnicas, hoje, torna-se inviável, face não existir veículo para esse fim. Quando da votação do Orçamento Geral do Estado, exercício 1993, apresentei inúmeras emendas, entre as quais devidamente aprovadas no Plenário da Assembléia Legislativa, a de nº 1592, solicitando equipamentos para a continuidade dos serviços no IML e a nº 1597, solicitando a aquisição de quatro (04) veículos para equipar a Polícia Civil de Ponta Grossa.

Portanto, esta solicitação está fundamentada no orçamento do Estado do Paraná, para este exercício.

REQUERIMENTO N° 1120

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do Município de Irati.

O Município de Irati, com uma área de 869 Km², um Município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 60.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, requer o envio de expediente ao Sr. Secretário da Habitação, Sr. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, no sentido de que seja viabilizado uma parce-

Curitiba, quinta, em 06.05.93

ria com o Município de Palmeira-Pr, para a construção de Casas Populares, a carência de moradia do Município só poderia ser resolvida se o Governo do Estado Participar.

Com a parceria do Governo do Estado, seriam construídas casas ao alcance dos trabalhadores e colonos, com prestações que não ultrapassariam 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. delegado JOSÉ MOACIR FAVETTI, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando medidas voltadas ao atendimento e envio de material básico de expediente, destinado à delegacia de polícia do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A delegacia de polícia de Mamborê vem encontrando sérias dificuldades para o cumprimento de suas finalidades, face à falta de material de expediente e equipamentos mínimos indispensáveis.

As máquinas de escrever por exemplo são emprestadas pela Prefeitura e pelo Banco do Brasil.

Aquela delegacia vem encontrando inúmeras dificuldades para dar cumprimento e seqüência a inúmeros inquéritos policiais, pois não conta inclusive com escrivão de polícia.

Inúmeros foram os apelos através de expedientes dirigidos à pasta da segurança pública, da parte de autoridades daquele município e, até o presente momento, não foi adotada nenhuma providência.

Considerando que a segurança pública é um dos pontos basilares da presente administração estadual, esperamos que a partir do presente requerimento o Município de Mamborê venha a ser atendido em suas justas e prementes reivindicações.

REQUERIMENTO N° 1126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da Telepar, solicitando a adoção de medidas objetivando a ampliação do número de terminais telefônicos para o Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Classificado dentre os municípios que maior índice de desenvolvimento aparenta dentre os integrantes da microrregião doze, Luiziana necessita do atendimento da presente solicitação.

Com a implantação de indústrias e o desenvolvimento do comércio, a cada dia passa a prescindir do crescimento e da expansão de linhas telefônicas.

O atual e reduzido número de linhas lá disponíveis na ordem de 60 linhas residenciais e apenas 24 comerciais, se contrapõem ao desenvolvimento pretendido por aquela comunidade.

A presente solicitação é resultado de reunião dos diversos segmentos daquela comunidade, que acharam por bem solicitar a este Deputado a justa intervenção junto à Telepar.

Os serviços telefônicos, constituem hoje o meio de comunicação imprescindível a qualquer ramo de atividade, e representa papel indiscutível para a melhoria da qualidade da infra-estrutura urbana, assumindo papel preponderante dentre os índices indicadores da melhoria de qualidade de vida.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 172-93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Todos os projetos de construção, reforma ou ampliação de rodovias estaduais, no perímetro urbano dos municípios do Estado do Paraná, deverão prever a construção de passarelas para pedestres.

§ 1° - As passarelas para pedestres deverão servir exclusivamente aos transeuntes que necessitam transpor as rodovias.

§ 2° - A construção das passarelas deverá atender ao disposto em estudos técnicos, previamente elaborados pelo órgão competente, que definirá quanto aos locais apropriados e distância entre as mesmas, quando necessário a existência de mais de uma.

§ 3° - As dimensões das passarelas deverão atender às disposições porventura existentes na legislação federal em vigor, objetivando servir plenamente aos objetivos aqui propostos.

Art. 2° - O contido no "caput" do Art. 1° aplica-se, também, aos bairros e distritos, e mesmo em local distante do perímetro urbano, mas de grande concentração populacional e, por extensão, de transeuntes.

Art. 3° - Os projetos de construção ou de qualquer outro fim relativo às rodovias

federais, deverão atender ao contido neste projeto, ficando sob responsabilidade da fiscalização estadual exigir a obrigatoriedade da construção de passarelas para pedestres nas rodovias que cruzam o perímetro urbano, ou mesmo fora deste, de acordo com o disposto no Art. 2°.

Art. 4° - As rodovias atingidas por esta legislação, que já estejam sendo utilizadas, será dado prazo até o dia 31 de dezembro de 1994, para sua adequação, com a construção de passarelas para pedestres.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Semanalmente tomamos conhecimento através dos órgãos de comunicação de acidentes ocorridos às margens das rodovias que cruzam o Estado, que, quando não tiram as vidas das vítimas, ocasionam grandes transtornos à população.

Esta mesma população que, diariamente, convive com a violência das estradas na porta de sua casa, começa a mobilizar-se, exigindo a construção de passarelas para sua maior segurança. São realizados movimentos de paralisação e fechamento das estradas, a fim de chamar a atenção das autoridades quanto aos perigos para seus moradores.

Estas paralisações, muito embora necessárias, ocasionam imensas dificuldades para aqueles que transitam pelas rodovias, principalmente aos caminhoneiros, que perdem horas preciosas de trabalho paralisados nas estradas.

Em estados como São Paulo as passarelas são comuns e já fazem parte da paisagem da cidade, ocasionando maior segurança aos moradores das regiões atingidas e um fluxo muito melhor nas estradas.

Por estas razões, pedimos o apoio dos Nobres Parlamentares com assento nesta Casa para que aprovem esta medida por seu caráter altamente social.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 171/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a destinar o percentual de dez por cento (10%) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência física, compatibilizando-os com o tipo de deficiência apresentada.

Art. 2° - O acesso ao emprego se fará mediante concurso público a ser regulamentado pelo Poder Executivo, no prazo de até

90 (noventa) dias da vigência desta Lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Constitucionalmente, no Brasil, todos são iguais perante a Lei.

É necessário que a sociedade e as autoridades do País deixem de pensar abstratamente sobre determinada característica e passa a atribuí-la a um conjunto de pessoas, incluindo, automaticamente conceitos relativos ao papel social desempenhado por esse grupo de indivíduos. E esse papel não depende unicamente da característica ou questão, mas dos fatores históricos, econômicos, sócio-culturais e políticos.

Assim, quando associamos por exemplo, deficiência física com dependência, isto significa que na nossa sociedade, os deficientes físicos, ou pelo menos a grande maioria deles, são pessoas consideradas extremamente dependentes, o que está longe de constituir a verdadeira realidade.

A propósito, a presente proposição objetiva criar mecanismos e condições de mudanças desta cruel realidade, promovendo a integração dos portadores de deficiência física à força de trabalho do Estado.

Inserido e respaldado pelo contido no inciso VIII, do artigo 27 da Constituição Estadual, o presente projeto se propõe a contribuir como objetivo final, para que o deficiente físico do Estado do Paraná assuma através do trabalho a plenitude da cidadania a que faz jus.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes.

No Horário das Lideranças, Bloco Parlamentar Independente.

(Declina)

Partido Trabalhista Brasileiro.

(Declina)

Partido da Frente Liberal.

(Declina)

Partido Progressista.

(Declina)

Partido Liberal.

(Declina)

Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mês de março, dias 22, 23 e 24, os servidores públicos da Prefeitura de Curitiba entraram em greve e fizeram greve durante este tempo devido ao baixo salário que percebiam e percebem até hoje. Existia trabalhadores que não recebiam nem um sa-

lário mínimo. E, naquela ocasião, o Município de Curitiba ajuizou medida cautelar que foi apreciada pelo Excelentíssimo Sr. Juiz Leônidas Silva Filho. E o Juiz deu liminar favorável à Prefeitura, dizendo que os sindicatos se abstivessem de prosseguir na greve, sob as penas da lei.

Alegou o Sr. Juiz que a previsão constitucional que assegura o direito de greve não seria auto-aplicável. Argumentou que não existia motivo para deflagração da greve.

Não sei se perceber menos de um salário mínimo, ou seja, dois salários mínimos, não é motivo para se entrar em luta por melhores salários.

Disse também o Juiz que o movimento teria conotações políticas e, por conseguinte, não poderia ser utilizado e que a paralisação poderia comprometer os serviços essenciais.

Com esta alegação vem uma liminar declarando que se a greve continuasse, seria ilegal, quando os trabalhadores estavam submetidos e estão, a baixos salários e quando os serviços essenciais não foram paralisados, uma vez que o sindicato da categoria tomou a providência e a iniciativa de que tais serviços fossem mantidos.

Em função deste parecer do Sr. Juiz, estou enviando hoje um ofício ao Excelentíssimo Sr. Juiz Luiz César de Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados, no qual faço algumas interrogações.

Pode ser considerada como autocrítica a atitude do Dr. Leônidas Silva Filho em aderir à greve? É isto que queremos saber, se neste momento ele faz autocrítica quando declarou a dos trabalhadores, ilegais.

Depois desta paralisação, qualquer dos magistrados paranaenses, representados pela Associação deles, terá condições éticas de conceder liminares proibindo o exercício do condicional direito de greve de outras categorias?

Quero que o Sr. Juiz me responda se eticamente eles terão condições e se terão moral de decidir que greve de trabalhadores submetidos à opressão e à exploração poderá ser julgada como ilegal quando os Srs. Juizes se encontram em greve para uma remuneração que às vezes é 50, às vezes mais do que ganha um simples trabalhador do serviço público do Município de Curitiba, ou de outros trabalhadores servidores públicos de outros Poderes, como é o caso do Poder da Assembléia Legislativa do Paraná. Quero também que me responda se a greve dos magistrados é política uma vez que alegou-se que aquela dos servidores públicos não era. Eu quero ver se esta é ou não é o que eles consideram, uma vez que é um confronto com o Governador do Estado.

Se a greve dos magistrados é contra a

decisão do Supremo Tribunal Federal que não concedeu liminar ou se é uma greve contra o Judiciário representada pelo Supremo Tribunal justamente por não ter obtido essa liminar.

Pergunto à Associação se seu associado, doutor Leônidas Filho, errou ao conceder aquela liminar anterior ou erraram todos os magistrados que decidiram pela greve, sem garantir os serviços essenciais da população agora, uma vez que não existe serviço para atendimento quando algumas cidades do interior e os Senhores Juizes obrigaram, inclusive, a fechar os Fóruns uma vez que ele estava paralisado obrigou que o seu servidor também o fizesse?

E pergunto à Associação dos Magistrados, quem poderá julgar a greve dos magistrados? Ou os magistrados estariam isentos de controle jurisdicional?

É possível o judiciário interferir em greve deflagrada por outras categorias? Isto nós desejamos saber como cidadão paranaense e como Deputado Estadual do Paraná. Não quero dizer que com isso me coloco contrário ao direito de greve, seja de quem for, cada categoria, cada profissional, cada profissão, cada entidade representativa de interesses têm o direito e a liberdade, no entender nosso, do Partido dos Trabalhadores de lutar pelos seus direitos e deflagrar os movimentos que forem necessários para a obtenção desses direitos, mas não tem o direito, uma categoria, de agir como repressora individualmente ou coletivamente no que diz respeito a outras categorias quando entra em movimento justo em lutas salariais e contra a opressão.

E por isso, nós queremos e cobramos que a associação dos Magistrados do Paraná responda se houve erro ou não houve erro ao julgar uma greve justa, conseqüente, por direitos justos, como ilegal, uma vez que a administração pública do Município de Curitiba não negocia com o servidor, não negociava e toda a vez que levava um movimento justo quando tem servidor que não recebe nenhum salário mínimo e tem seu vale-transporte cortado, essa greve é julgada ilegal.

Nós esperamos, já que aqui estamos falando de greve, que a Assembléia Legislativa, que a Mesa Executiva dessa Casa resolva a bom termo o movimento deflagrado ontem pelos taquígrafos e que hoje está entre todos os setores desta Casa, concedendo salários justos e decentes fazendo cumprir a Lei no que diz respeito ao transporte, ao vale-transporte, e que constitua, como foi dito ontem, uma Comissão de Líderes entre partidos para negociar e melhorar as condições salariais dos servidores que aqui trabalham, nós sabemos que há condições para o bom atendimento salarial desses servidores, porque a As-

sembléia Legislativa tem servidor em excesso, tem servidor que é parasita, que é fantasma e que não vem trabalhar, e os que trabalham não recebem o salário que deviam receber. A Bancada do Partido do Trabalhador defende o trabalhador, defende o servidor que trabalha, mas aquele que é parasita e só comparece na fila do banco uma vez por mês esse nós não defenderemos, esse o lugar dele é fora da Assembléia, e com o dinheiro economizado demitindo esses fantasmas terá dinheiro suficiente para dobrar, multiplicar os salários dos que aqui estão, e por isso, nós do Partido dos Trabalhadores apoiamos o movimento reivindicatório dos servidores e pedimos à Mesa Executiva da Assembléia que faça publicar, como manda a Constituição Estadual, o nome, função, cargo, salário de cada servidor desta Casa. Uma vez que o Poder Executivo não cumpre a Constituição, cobramos que a Mesa Executiva deste Poder faça cumprir para que todos os Senhores Deputados tenham consciência e conhecimento de quantos servidores existem e também quantos estão lotados e que se prestem também, contas se estão trabalhando.

Porque quando todos trabalham ou quando alguns não trabalham, como é o caso, aqueles que trabalham terão melhores remunerações.

Foi dito que hoje teria uma reunião da Mesa Executiva para elaborar uma proposta. Gostaríamos que ela fosse tornada pública aos servidores e aos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o PDT.

(Declina)

PSDB.

(Declina)

Encerrado o Horário das Lideranças, passaremos à

ORDEM DA DIA:

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 013/93, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que em aditamento à Mensagem nº 007/93, de 30 de março do corrente ano, solicitando providências pela substituição no sentido de que a redação dos artigos 1º e 2º, do Projeto de Lei por ela encaminhado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1857/93, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 06 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 368/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a APAE de Pérola D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 168, de 24.11.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 368/92

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei n° 368/92, de autoria do nobre Deputado Oswaldo Trevisan, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - do Município de Pérola D'Oeste, com sede e foro na cidade do mesmo nome opinamos para que o mesmo seja convertido em diligência para que seja cumprido o que determina os itens III e IV da Lei Estadual n° 6.994/78 de 10 de janeiro de 1978, em seu artigo 1°.

Artigo 1° - ...

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua Diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas de caráter geral ou indiscriminados.

Com referência ao item III do artigo 1° da Lei n° 6.994/78, sugerimos que a entidade faça uma alteração de seus Estatutos Sociais, pois a mesma está impedida não apenas de ser Declarada de Utilidade Pública, mas também de receber subvenções por parte dos órgãos públicos tanto na área estadual como federal. Quanto ao item IV da referida Lei, o Projeto de Lei em pauta traz um relatório anexo apenas do movimento financeiro, não especificando detalhadamente as atividades desenvolvidas no campo social e filantrópico.

O projeto de lei em pauta, cumprindo o que determina a lei estará em condições de sua tramitação legal neste Poder Legislativo, para sua posterior aprovação em plenário.

Cumprida a exigência da Lei n° 6.994/78, em seu art. 1°, itens III e IV,

retorna a esta douta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei n° 368/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Pérola do Oeste, damos o nosso parecer favorável a sua normal tramitação neste Poder Legislativo, para sua posterior aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que cria a Região Administrativa da CANTUQUIRIGUAÇU, integrada pelos municípios que especifica e com sede na Cidade de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Rejeitado. (Publ. no D.A. n° 25, de 31.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 106/93

P A R E C E R:

Autor: Dep. Nereu Moura

A presente proposta colocada sob apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça, tem o nobre Deputado Nereu Moura como fundador e visa criar a Região Administrativa de Cantuquiriguaçu, integrando os municípios que especifica e com sede na cidade de Laranjeiras do Sul.

Esta Comissão se manifesta favoravelmente pela aprovação, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir esta normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 113/93, de autoria do Deputado Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Marechal Cândido Rondon" Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 28, de 06.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 113/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 113/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Da análise do referido projeto, uma

vez que não há nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Nova Fátima. Com PARECER FAVORÁVEL a C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 31, de 13.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 126/93

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei n° 126/93, de autoria do nobre Deputado Oswaldo Trevisan, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Nova Fátima, a matéria do ponto de vista regimental, nada existe que impeça a sua tramitação normal, e posterior aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

Tendo em vista que o presente projeto de lei cumpre todas as exigências contidas na Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, damos o nosso Parecer Favorável, e opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

ARLINDO TROIAN

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 142/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Baden Powell de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. n° 36, de 26.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 142/93

P A R E C E R:

Autor: Deputado Orlando Pessuti

Súmula: Propõe declarar de Utilidade Pública a Associação Baden Powell de Curitiba.

Ao receber da douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de parecer, ao Projeto de Lei n° 142/93, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, verifica-se que a propositura de Lei, encontra-se amparada pelo império das leis.

Neste sentido, nada obsta a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

É uma declaração de voto e não uma questão de ordem. Apenas para dizer que nós votamos favoráveis a este Projeto de Lei de sua autoria por ter sido V.Exa. um escoteiro. E tenho certeza de que a homenagem é àquele que criou o escotismo no País.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradeço as lembranças e referências feitas pelo Deputado Algaci Túlio.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 148/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras da Vila Operária - ASVO", com sede na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, por unanimidade.** (Publ. no D.A. n° 37 de 27.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI n° 148/93

Autor: Deputado Arlindo Troian

P A R E C E R:

SÚMULA: Propõe declarar de Utilidade Pública, a "Associação das Senhoras da Vila Operária - ASVO", com sede na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Ao receber da douta Comissão de Constituição e Justiça para fins de parecer, ao Projeto de Lei n° 148/93, de autoria do nobre Deputado Arlindo Troian, verifica-se que a propositura de Lei, encontra-se amparada pelo império das leis. Neste sentido, nada obsta a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento n° 1119, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1117, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimentos n°s 1114 e 1115, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constantes de expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1113, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante de expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1116, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante de expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1118, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante de expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1121 e 1120, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes de expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1124 e 1126, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes de expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Fomos surpreendidos hoje com noticiário dando conta de que o Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, nosso amigo e companheiro, Presidente da Comissão da Assembléia Constituinte desta Casa, estaria envolvido na questão da separação do Sul do País.

Nós queremos acreditar que não seja verdade isso, conhecemos o Deputado Caíto Quintana, apesar das suas origens gaúchas, não imaginamos que possa estar envolvido nisso.

Por isso, ao mesmo tempo registro que hoje pela manhã em Curitiba já foi feita uma grande apreensão de material em um dos escritórios deste Movimento Separatista em Curitiba.

Eu quero aqui neste momento, talvez em nome de toda a Assembléia Legislativa, hipotecar um voto de solidariedade ao companheiro Caíto Quintana por termos a certeza absoluta, de que, primeiro porque é acima de tudo um paranaense preocupado com o nosso Estado, preocupado com a situação do nosso Estado. Segundo porque Caíto Quintana em momento algum se envolveu na questão da separação do Estado do Paraná, quando poderia por ser da sua região também e por interesse político, em momento algum se envolveu na questão do separatismo do Estado do Paraná.

Então, eu gostaria que a Assembléia Legislativa neste momento registrasse o voto de solidariedade ao companheiro que é citado inclusive em matéria estampada hoje no jornal "O Globo", do Rio de Janeiro. Temos certeza absoluta que o companheiro Caíto Quintana não se disporia a fazer um

trabalho desses, um trabalho acima de tudo antipatriótico, porque ninguém quer a separação do Paraná, muito menos a separação do nosso País.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

E ao mesmo tempo convidar a todos para que nós, em seguida, às 17 horas, teremos aqui neste mesmo Plenário uma Sessão Solene de entrega de título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a uma figura extraordinária, a um homem dedicado, responsável, uma inteligência do Estado do Paraná na questão do combate à lepra, a hanseíase.

Ao Doutor Ruy Miranda, que será hoje agraciado com o título nesta Casa, é um homem que está encontrando a fórmula para a vacina, para o combate à lepra, a questão dos leprosos.

Por isso eu faço o convite aos Senhores Parlamentares, para que se somem nesta homenagem em nome do Estado do Paraná, à esta figura, a tão ilustre figura que tanto trabalho tem prestado ao Estado do Paraná, não apenas a Curitiba, pois aqui dá atendimento a todo o nosso Estado.

Por isso eu faço o convite para que prestigiem essa solenidade.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão levantada pelo Deputado Algaci Túlio, eu quero ser solidário, porque eu não acredito que um cidadão que podemos considerar paranaense, que já teve o mandato de Vereador em Capanema, é o terceiro mandato como Deputado Estadual, ocupou nesta Casa várias vezes cargos e até lideranças de Governo, esteja envolvido com separatismo do nosso País.

Primeiro, eu não acredito e segundo, se realmente for comprovado que haja envolvimento do nosso ilustre Deputado e hoje chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, estaria sendo uma injustiça que estaria cometendo com o nosso Estado. Mas quero deixar aqui a minha solidariedade, a minha confiança de que na verdade o nosso chefe da Casa Civil não esteja envolvido neste episódio.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria apenas de agradecer aos Senhores Deputados que votaram favoráveis à rejeição do Projeto n° 106/93 que discriminava o município de Guarapuava.

Como o Senhor sabe, os Senhores Deputados todos sabem, Guarapuava é uma cidade que tem 173 anos de história, de lutas, de tradições. Uma cidade que abrigou em seu território municípios como Umarama, Foz do Iguaçu, Cascavel, Pato Branco. E no projeto em pauta Guarapuava seria discriminada, tirando da região ad-

ministrativa de Guarapuava treze municípios.

Por esta razão quero agradecer a todos os Senhores Deputados e o povo de Guarapuava também agradece.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Temos ainda um Requerimento para ser apreciado.

Requerimento nº 1128, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, lamento profundamente, Senhor Presidente, que atendendo aos interesses da minha região, não pudesse estar aqui no início desta sessão e que esta Assembléia tenha rejeitado o Projeto de Lei nº 106/93.

Entendo, Senhor Presidente que esta associação a Cantuquiriguaçu já existe há oito anos e uma Associação que tem feito um trabalho extraordinário na defesa do Centro Oeste do Paraná. É lamentável que esta Assembléia não tenha feito os anseios daquela comunidade, municípios que o próprio Deputado Cezar Silvestri defende nesta Assembléia e não sei como o nobre Deputado irá se defender perante aqueles Municípios do Vale do Rio Iguaçu, do Vale do Rio Piquiri e do Vale do Rio Cantum, municípios pobres é verdade que não tenham a expressão política de Guarapuava mas que sem sombra de dúvida, que esse sentimento de longos anos se tornasse uma realidade que esta Assembléia pudesse fazer com que o sonho do povo dos Rios Iguaçu, Cantum e Piquiri tornasse uma associação legal, porque de fato já existe há oito anos.

Lamento muito que não pudesse estar presente para poder fazer a defesa e esclarecer aos Senhores Deputados que esta idéia não é invenção deste Deputado, é uma idéia que já há oito anos cultiva o coração, cultiva o sentimento de todos os Prefeitos, Vereadores, lideranças políticas, comunitárias dos vales destes três importantes Rios do nosso Estado, que com certeza a hora em que os municípios tiverem conhecimento desta decisão nesta Assembléia, irão lamentar profundamente que este sonho antigo não tenha se tornado realidade. E porque que esses municípios buscaram a emancipação, Senhor Presidente, porque na verdade a microrregião de Guarapuava há muitos anos não funciona mais, a microrregião de Guarapuava deixou de existir há mais de dez anos, não se faz mais reuniões e está desativada e os Prefeitos do Vale do Rio Iguaçu, Piquiri e Cantum, se articularam e fizeram com que houvesse uma união na defesa dos interesses desses municípios.

Lamento que eu não estivesse aqui pre-

sente para poder esclarecer aos Senhores Deputados e que esta Assembléia Legislativa tivesse feito justiça a um sentimento tão antigo e tão importante do Centro Oeste do Estado do Paraná. Muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

(Assentimento)

Existe um ditado que diz: "Deus ajuda quem cedo madruga". O fato de o Deputado não estar presente é sua responsabilidade e digo mais, Senhor Deputado, logicamente tem outros municípios, municípios que pertencem à Associação da Cantuquiriguaçu. Nós respeitamos a Associação Cantuquiriguaçu, mas como Associação, como região administrativa, ela estava simplesmente discriminando Guarapuava, uma cidade que é pólo não somente agora no Estado do Paraná, é uma cidade que há cento e setenta e três anos tem sido pólo da região. Nós não poderíamos de forma nenhuma como representante de Guarapuava e da Região Centro-Oeste aceitar que esse projeto fosse aprovado aqui nesta Casa. E a grande maioria dos Deputados demonstrou que foi consciente no seu voto porque entende dessa forma. Damos, como exemplo, quando o Senhor quer incluir o Município de Pitanga para a sede em Laranjeiras do Sul, Pitanga está distante de Ivaiporã por apenas 37 km e se o seu projeto fosse aprovado, qualquer pessoa de Pitanga para falar com o núcleo de ensino por exemplo, teria que percorrer 160 km. Nós achamos que o projeto foi mal elaborado e infelizmente o Senhor não estava aqui para debater mas a culpa não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que esse assunto já está encerrado, que tanto justificativa de voto, como encaminhamento de votação e discussão da matéria, tem que ser no momento oportuno. Mas ainda demonstrando a sua tolerância concede mais uma vez pela ordem ao Deputado Nereu Moura e pedimos que o assunto se encerre por aí.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, demonstra que o Deputado Cezar Silvestri respeito nenhum possui pela Cantuquiriguaçu que aqui buscou a reprovação deste importante projeto de lei. Isto demonstra que respeito não possui, por um sentimento de 8 anos daquela região, da região Centro-Oeste do nosso Estado e por outro lado, Senhor Presidente, idéia minha não foi de dar entrada aqui neste projeto de lei. Esta proposta é aprovada pelos 22 municípios, inclusive Pitanga, que já longos anos, participa de Cantuquiriguaçu. Não fui eu o inventor desta idéia. Esta idéia foi patrocinada pelos 22 municípios que

compõem Cantuquiriguaçu. Por isso é que com certeza, Senhor Presidente, o Deputado Cezar Silvestri respeito nenhum possui pela Cantuquiriguaçu, porque aqui encaminhou pela sua rejeição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem, a palavra está com o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, nós queríamos fazer, das palavras do Deputado Dirceu Manfrinato, que manifestou o seu voto de solidariedade para com o Deputado Estadual Chefe da Casa Civil Caíto Quintana, com relação à matéria que saiu no "O Globo" de quarta-feira, 5 de maio. Nós queremos reafirmar aqui que a Bancada do nosso partido, a nossa solidariedade com relação a matéria divulgada, porque nós sabemos que enquanto não houver manifestação, nós ficamos sob suspeita.

Nós achamos que não é esse o pensamento do Deputado Caíto Quintana. Por isso fica aqui. As palavras do Deputado Dirceu Manfrinato sejam as palavras da nossa Bancada do Partido Progressista nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Falo pela Liderança do governo e pela liderança do PMDB, para também dar o meu apoio e me somar ao Deputado Algaci Túlio, ao Deputado Nilton Barbosa, ao Deputado Dirceu Manfrinato e ao Deputado Nereu Moura e demais Parlamentares que nesta tarde aqui se pronunciaram em apoio ao Deputado e Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana e trazer a Vossa Excelência, a esta Casa e ao Paraná, a certeza de que o Deputado Caíto Quintana não está trabalhando e não está de qualquer modo envolvido neste movimento separatista que se promove no Sul do País e digo isto, conhecendo a história do Deputado Caíto Quintana, pelos seus exemplos de vida, pelos seus exemplos na vida pública e política do Paraná e do Brasil. O Deputado Caíto Quintana, homem do Interior, ele já está e entende que este País está integrado cultural, política e socialmente e também, como advogado que é, ele conhece a Constituição Federal, foi o relator da Constituição deste Estado do Paraná e não seria ele o primeiro a desrespeitar a Constituição. Conhece ele também, como bom advogado, a estrutura judiciária deste País e sabe que não tem cabimento o movimento separatista desta ordem, mesmo porque Senhor Presidente e Senhores Deputados, na Constituição Federal, no seu artigo 60, que trata das Emendas à Consti-

tuição, no seu § 4º: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes, os direitos e garantias individuais".

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós também nos somamos ao Deputado Algaci Túlio, a esta moção de apoio, ao nobre Deputado Caíto Quintana, chefe da Casa Civil e a nossa certeza de que o que ele quer, ele que participou conosco em Brasília, daquele trabalho para nós nos mantermos, onde mantivemos a unidade do Paraná, junto o Deputado Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Martins, ele que conosco trabalhou em Brasília para manter a unidade do Paraná, ele certamente quer também manter este Brasil unido e forte.

As nossas homenagens e o nosso apoio, também, e se for o caso o nosso desagravo ao Deputado Caíto Quintana, por este descuido de uma informação que a imprensa traz.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Lembramos aos Senhores Deputados da Sessão Solene de hoje, às 17 horas, quando estará sendo entregue o Título de Cidadão Honorário a Ruy Noronha de Miranda.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Deputados para a Sessão Solene, a ser realizada às dezessete horas de hoje, e marcando ainda uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - da Proposição nº 026/92.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 368/92, 113/93 126/93, 142/93 e 148/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 254/92, 039/93 e 131/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril de hum mil, novecentos e noventa e três, na sala

de reuniões das Comissões, reuniram-se os seguintes membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência da Deputada Emilia Belinati, Júlio Bifon, Oswaldo Trevisan e Mário Bezerra. Havendo número legal a Senhora Presidente iniciou os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 56/93, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Severino Félix, relatado pelo Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, demais Deputados membros e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril, do ano de hum mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Deputado Alceu Swarowski e contando com as presenças dos Deputados Severino Félix, Mário Bezerra, Emilia Belinati e Cleiton Crisóstomo. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou a Ordem do Dia onde foram relatados os seguintes processos: Projeto de Lei n° 015/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 018/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer pela apreciação em Plenário. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência

do Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Oswaldo Trevisan apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 399/92, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que foi APROVADA sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Eurides Moura. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 054/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que foi APROVADA sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) EURIDES MOURA - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, às 13:30 hs. a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Domingos Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados: Ademar Traiano, Algaci Túlio e Antônio Costenaro. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 043/93 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 074/93, de au-

toria do Deputado Ernani Pedell e outros. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário de Comissão.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Luiz Antonio Setti, Colombino Grassano, José Arthur Ritti, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan e João Iensen. Aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 129/93 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 575/91 do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 128/93 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 114/93 do Deputado Namir Piacentini. O Deputado Relator, João Iensen, requer diligência - DEFERIDO; 5) Projeto de Lei n° 120/93 do Deputado Paulo Maia. O Deputado Relator, Nilton Barbosa, requer diligência - DEFERIDO; 6) Projeto de Lei n° 130/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 122/93 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 117/93 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Toti Colaço e com a presença dos seguintes Deputados: Oswaldo Trevisan, Nelson Garcia, Cleiton Kielse, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Antonio Costenaro Neto, Nelson Justus e João Iensen. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, passando à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 110/93 da Procuradoria Geral de Justiça. O Deputado Relator, João Iensen se manifesta favoravelmente na forma do substitutivo em anexo - APROVADO. O Deputado Colombino Grassano apresenta Emenda - APROVADA; 2) Projeto de Lei n° 102/93 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen, na forma do substitutivo em anexo - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária